§ 1º. As iniciativas estratégicas do plano se realizarão na forma de:

I – Projeto: Um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único;

II – Programa: Um grupo de projetos, subprogramas e atividades do programa relacionados e que são gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefícios e controle que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente.

§ 2º. O gerenciamento dos projetos e programas seguirão as boas práticas apresentadas no Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guide to the Project Management Body of Knowledge – PMBOK) do Project Management Institute (PMI).

§ 3º. Processos de negócio é definido como um trabalho para produzir e entregar um resultado, produto ou serviço, independentemente de onde as atividades são realizadas, podendo ser interfuncional ou intrafuncional.

§4º. O gerenciamento de processos de negócio seguirá as boas práticas apresentadas no Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio – Corpo Comum de Conhecimentos (Guide to the Business Process Management Common Body of Knowledge - BPM CBOK) da Association of Business Process Professionals (ABPMP).

Art. 3º. As execuções das iniciativas estratégicas são de responsabilidade dos servidores em função de chefia de direção, ou de funções, ou cargos, equivalentes, podendo ser delegada a servidores dos setores correspondentes, a qual não exime o diretor ou equivalente das responsabilidades pela iniciativa.

§ 1º. As execuções das iniciativas estratégicas deverão ser gerenciadas conforme o § 2º, inciso II, do art. 2º.

Art. 4º. A Presidência do TCM-PA, no primeiro mês fiscal do ano, deverá, sob a coordenação da Diretoria de Planejamento e com o envolvimento dos gestores em nível tático e operacional, realizar a priorização das iniciativas a serem executadas no respectivo ano fiscal.

§ 1º. Em caso de ano de elaboração do Plano Plurianual (PPA) a priorização, referida no caput deste artigo, deverá ser para os 4 (quatro) anos e está deverá ser a base da proposta do PPA do órgão.

SEÇÃO I

DAS REUNIÕES DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Art. 5º. As Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) ocorrerão através de Sessões Extraordinárias do Plenário ou reuniões administrativas para acompanhar, de forma permanente, o desempenho analítico do Planejamento Estratégico (indicadores, metas e execução das iniciativas priorizadas), de modo a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos descritos no mapa estratégico.

§ 1º. Deverá constar no roteiro das RAE's, entre outros:

I – Apresentação das providências tomadas e evolução das pendências registradas na RAE anterior;

II – Painel de controle dos indicadores e metas;

III – Apresentação da situação da execução das iniciativas estratégicas em andamento;

IV – Apresentação dos registros de pendências da RAE em andamento.

§ 2º. Os diretores ou equivalentes deverão apresentar na RAE a situação das iniciativas em andamento nos respectivos setores. No impedimento deste, o adjunto ou gerente do projeto ou equivalente, respectivamente, deverão substituí-lo.

Art. 6º. As Reuniões de Avaliação da Estratégia ocorrerão conforme as finalidades abaixo:

I – 1ª RAE – em fevereiro – RAE (planejamento) – apresentar o rol de iniciativas a serem executadas no ano fiscal corrente;

II – 2ª RAE – em abril – RAE – apresentar a situação da execução do planejamento estratégico;

III – 3ª RAE – em agosto – RAE – apresentar a situação da execução do planejamento estratégico;

IV – 4ª RAE – em dezembro – RAE (fechamento anual) – apresentar a situação da execução do planejamento estratégico e o parecer de eficiência, eficácia e efetividade do Planejamento Estratégico no ano corrente;

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Art. 7º. Instituir o Comitê Estratégico Institucional (CEI) como instância de acompanhamento da governança e gestão estratégicas para as questões relacionadas à execução do Plano Estratégico.

§ 1º. O Comitê Estratégico Institucional será composto por:

I – Conselheiro(a), com a função de Coordenador(a) Estratégico(a), escolhido entre os membros do Colegiado ou designado pela presidência, o(a) qual presidirá o referido comitê;

II – Diretoria de Planejamento, a qual será o Coordenador Executivo do CEI;

III – Representante da Presidência;

IV – Um representante de cada Controladoria;

V – Secretaria Geral;

VI – Diretoria Jurídica;

VII – Gabinete Militar;

VIII – Diretoria Financeira e Orçamentária;

IX – Diretoria Administrativa;

X – Diretoria de Gestão de Pessoas;

XI – Diretoria de Informática;

XII – Escola de Contas.

§ 2º. São atribuições do Comitê Estratégico:

I – Acompanhar as atividades da execução do planejamento estratégico;

II – Apresentar a Presidência propostas de atos normativos, medidas administrativas e quaisquer outras ações complementares, necessárias à execução do planejamento estratégico;

III – Disseminar as metodologias de governança e gestão estratégica entre os membros e servidores do TCM-PA.

Art. 8º. A Diretoria de Planejamento (DIPLAN) deverá apoiar o referido comitê e tem por finalidades: fomentar, coordenar e acompanhar o planejamento estratégico, governança e gestão do TCM-PA, visando à modernização administrativa e à melhoria contínua da gestão e do desempenho institucional.

CAPÍTULO III

DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Art. 9º. O Plano Estratégico deverá ser atualizado bianualmente (anos pares), com a criação de novo Grupo de Sistematização composto pelo gestor e 2 representantes de todos os setores do TCM-PA.

Art. 10. Novas iniciativas poderão ser inseridas no plano estratégico, a qualquer tempo, após consulta técnica da DIPLAN e aprovação em plenário.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 11. No primeiro ano de execução do Plano (2017), os projetos de execução das iniciativas serão apresentados nas RAE's de forma incremental, destacadamente:

I - Um projeto por setor na 1ª RAE;

II - Dois projetos por setor na 2ª RAE;

III - Três projetos por setor na 3ª RAE e na 4ª RAE todos os projetos em execução do setor.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Revoga-se a Resolução n.º 11.182/2013/TCM-PA e demais disposições em contrário.

Art. 13. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Sessão Ordinária do dia 08 de novembro, aprovada em 10 de novembro de 2016.

ANEXO ÚNICO

O Plano Estratégico de Longo Prazo – O Plano Estratégico do Jubileu do TCM-PA

1. Objetivo: Contribuir para a aplicação eficiente dos recursos públicos

2. Objetivo: Contribuir para a melhoria e transparência da administração pública

3. Objetivo: Coibir fraude e desvio de recursos públicos

4. Objetivo: Garantir a tempestividade na análise e julgamento

4.1. Estratégia: Agilizar a aprovação da Resolução que regulamenta os Procedimentos de Auditoria Operacional

4.1.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para Criação de Normas e Procedimentos de Auditoria Operacional (AOP)

4.2. Estratégia: Aperfeiçoar as ações com foco na celeridade e qualidade da análise e julgamento

4.2.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto de minuta de revisão do regimento/LOA

4.2.2. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para Criação/Reformulação de Normas e práticas com foco na tempestividade da análise dos processos

4.3. Estratégia: Intensificar monitoramento na execução das decisões

4.3.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto de Monitoramento das decisões, com CCI, decisões administrativas

5. Objetivo: Otimizar as atividades de controle externo

5.1. Estratégia: Aprimorar a fiscalização de obras

5.1.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para fortalecimento da unidade de fiscalização de obras – Núcleo de Obras Públicas

5.2. Estratégia: Aprimorar os critérios e procedimentos de fiscalização dos jurisdicionados

5.2.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto de Normatização da fiscalização via Mural de licitações

5.2.2. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para Aprovação e implantação de Resolução de Procedimentos de AOP

5.2.3. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para Elaboração de Matriz de Risco

5.2.4. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para implantação e desenvolvimento de atividades de auditoria ambiental

5.2.5. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para padronização de normas e procedimentos de fiscalização

5.2.6. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para política de aproximação das ações do TCM-PA junto aos jurisdicionados

5.2.7. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para utilização dos procedimentos internacionais de auditoria

5.3. Estratégia: Criar base de conhecimento

5.3.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto de Criação de base de conhecimento aplicada ao controle interno

5.3.2. Iniciativa: Elaborar e implementar Programa/Projeto de Criação e implementação da Assessoria de Inteligência de Controle Externo

5.4. Estratégia: Aprimorar o modelo de composição organização e funcionamento dos Conselheiros Substitutos

5.4.1. Iniciativa: Elaborar e implementar Projeto/Programa para regulamentação de modelo aprimorado de composição organização e funcionamento dos Conselheiros Substitutos

5.5. Estratégia: Reduzir o passivo de processos

5.5.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para Padronização dos procedimentos para a análise do estoque de processos

5.5.2. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para Redução da quantidade de processos físicos

6. Objetivo: Otimizar a orientação e capacitação de jurisdicionados

6.1. Estratégia: Articulação junto ao Poder Legislativo

6.1.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para propor, aos Legislativos, Projetos de lei de adequação da gestão pública municipal

6.2. Estratégia: Intensificar os programas de orientação aos jurisdicionados

6.2.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto de Capacitação em gestão pública para candidatos a cargos do executivo e legislativo municipais

6.2.2. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto para Orientação aos jurisdicionados

7. Objetivo: Fomentar o Controle Social

7.1. Estratégia: Estimular as ações de controle social

7.1.1. Iniciativa: Elaborar e implementar programa/projeto de